



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental**

Parecer nº 118/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0029394/2021-92

Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 30554824 (SEI)			
Processo SEI: 1370.01.0029394/2021-92			
Processo SLA: 2372/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Vale do Pontal Açúcar e Etanol LTDA.	CPF:	08.057.019/0001-86
EMPREENDIMENTO:	Fazenda Barra do São Domingos (matrícula 18.376)	CNPJ:	08.057.019/0001-86
MUNICÍPIO(S):	Santa Vitória/MG	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):	LAT/Y 19°12'27.20"	LONG/X	50°43'27.08"
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: 1. Fator locacional 1 (Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas)			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoris, exceto horticultura	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	

Ana Paula Pereira Assunção, engenheira ambiental, CREA 243.865-D

CTF/AIDA-IBAMA: 7420809/ ART. MG20210190627



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia de Paula Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 08/06/2021, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 08/06/2021, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30555003** e o código CRC **12F3F983**.

Referência: Processo nº 1370.01.0029394/2021-92

SEI nº 30555003



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 30554824 (SEI)

O empreendimento Fazenda Barra do São Domingos (matrícula 18.376) – coordenadas geográficas 19°12'27.20" S. e 50°43'27.08" O.-, atua no ramo agrossilvipastoril, exercendo sua atividade no município de Santa Vitória - MG. Em 12/05/2021 foi formalizado no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado nº 2372/2021, via Relatório Ambiental Simplificado - RAS. Foram solicitadas informações complementares em 01/06/2021, sendo as mesmas respondidas no dia 02/06/2021.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento (em operação desde 16/03/2017), culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoris, exceto horticultura - conduzida numa área de 321,48 ha, sendo cultivada cana-de-açúcar-, justifica a adoção do procedimento simplificado. A atividade mencionada é conduzida numa propriedade de 425,4042 ha, sendo 393,3503 ha de área útil.

O empreendimento está localizado no Bioma Mata Atlântica, com presença de remanescentes de vegetação nativa, caracterizados como Vereda e Mata Atlântica e em área com presença de curso d'água, nascente e Vereda. Foi declarado que as áreas de preservação permanente e reserva legal estão protegidas por aceiros.

O cultivo de cana-de-açúcar é conduzido, por meio de contrato de parceria agrícola (com termo de aditamento ao contrato de parceria agrícola), pela Vale do Pontal Açúcar e Etanol LTDA que é a responsável por todas as etapas agrícolas (plantio, cultivo e colheita) - com fornecimento de matéria-prima, insumos, maquinário e mão-de-obra (41 funcionários temporários) e pela destinação final dos resíduos gerados nestas etapas-; a mesma apresenta o Certificado de licença ambiental LOC nº 178/2019. Na propriedade não é feita a fertirrigação com vinhaça.

Vale salientar a importância da adoção de técnicas conservacionistas de solo, principalmente, nas divisas das áreas de preservação permanente e reserva legal com as áreas de cultivo, a fim de conter processos erosivos e carreamento de insumos utilizados na agricultura.

O uso racional de defensivos agrícolas (agrotóxicos) deve ser uma prática no empreendimento, com adoção do MID (Manejo Integrado de Doenças) e MIP (Manejo Integrado de Pragas), sempre que possível.

O uso e o consumo de água na propriedade para a condução da atividade de cultivo de cana-de-açúcar estão regularizados por meio das Declarações de Regularidade de Usos da Água que Independem de Outorga da ANA - captação nº 416/2020/SRE- Documento nº 02500.015844/220-00 e captação nº 417/2020/SRE- Documento nº 02500.015845/2020-46. Vale salientar que a irrigação será realizada somente quando o plantio da cultura for feito fora do período chuvoso e também ao final da colheita.

Como principal causador de impacto inerente à atividade de culturas anuais e, devidamente mapeado no RAS, tem-se a geração de resíduos sólidos, sendo as embalagens vazias de agrotóxicos, que são armazenadas temporariamente na unidade industrial - Vale Pontal de Açúcar e Etanol LTDA. e posteriormente são destinadas à COPERAMA - Cooperativa dos Produtores Rurais do Pontal do Triângulo Mineiro. Os resíduos de origem doméstica que eventualmente são gerados nas frentes de trabalho são encaminhados para a unidade industrial - Vale Pontal de Açúcar e Etanol LTDA., responsável para dar a devida destinação final.



Os esgotos sanitários gerados nas frentes de trabalho são dispostos nos banheiros químicos localizados nas áreas de vivência, posteriormente são recolhidos pela empresa Conservadora e Dedetizadora Oliveira LTDA. (CNPJ 06.958,234/0001-22) que os destina à COPASA Unidade de Iturama-MG.

A geração de ruídos - emissão de sons pela movimentação de máquinas e veículos-, não é alvo de mitigação, devido à localização do empreendimento no meio rural – distante das aglomerações urbanas. A emissão de materiais particulados, pela queima de combustível, liberados pelo escapamento dos maquinários agrícolas, é reduzida pela manutenção preventiva destes, pela troca dos óleos lubrificantes, dos filtros de óleo, dos filtros de combustível e lubrificação dos componentes.

Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR, Cadastro Ambiental Rural – Recibo número MG-3159803-ABDAD4A3645A4C459BBC0909A2442153, com área de reserva legal declarada de 27,7565 ha e com adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Foi apresentado o “Estudo referente aos critérios locacionais Reserva da Biosfera”, onde consta que: o empreendimento está localizado na zona de transição da Reserva da Biosfera Mata Atlântica; não haverá supressão de árvores isoladas; não haverá risco de carreamento de sedimentos ou aumento de turbidez dos cursos de água que atravessam ou tangenciam a Reserva; não haverá interferência em nascentes, não haverá captação de água em corpos d’água que atravessam a Reserva; não haverá emissão de efluentes nos cursos d’água que tangenciam a Reserva; não haverá emissões atmosféricas no interior da Reserva e nem de ruídos e não há incidência de comunidades tradicionais na área de influência do empreendimento - AID. O mencionado Estudo foi elaborado pela engenheira ambiental Ana Paula Pereira Assunção, ART. MG20210190627.

Ao empreendimento se aplicam, segundo Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 06/12/2017, os fatores de restrição: *Área de Preservação Permanente – APP* (Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013), fica vedada a intervenção e/ou supressão nos termos especificados, ressalvados os casos legalmente permitidos e *Bioma Mata Atlântica* (Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006), fica(m) vedado(s) o corte e/ou a supressão de vegetação nativa primária ou secundária em estágio médio ou avançado de regeneração, exceto árvores isoladas nos termos especificados, ressalvados os casos legalmente permitidos.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda Barra do São Domingos (matrícula 18.376) para a atividade de “culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoris, exceto horticultura”, no município de Santa Vitória-MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e descritas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Barra do São Domingos (matrícula 18.376)”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Barra do São Domingos (matrícula 18.376)”

1. Solos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas cultivadas ^{1,2,3}	pH, K (Potássio), P (Fósforo), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Na (Sódio), Al (Alumínio), CTC efetiva, CTC potencial, Matéria Orgânica e Saturação por Bases. Somente no primeiro ano o empreendedor deverá apresentar a análise da textura do solo.	Bienal (a cada dois anos)

(1) Seguir recomendação de adubação elaborada por técnico habilitado para tal, seguindo os princípios agronômicos.

(2) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm e 20-40 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pag. 13 -20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(3) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados.

Relatórios: Enviar à Supram, no 2º ano, no 6º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas bienalmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo sobre o estado nutricional do solo cultivado. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Métodos de análise: Conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pag. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.



2. Resíduos Sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir:

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

Resíduo				Transportador	Destinação final		Quantitativo total do semestre (tonelada/semestre)		
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe (*)	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social, CNPJ, endereço completo	Tecnologia (**)	Destinador / Empresa responsável	Qtd. destinada	Qtd. gerada	Qtd. armazenada
						Razão social, CNPJ, endereço completo			

(*) Conforme ABNT NBR 10.004, ou a que sucedê-la.

(**) 1 - Reutilização

4 - Aterro industrial

7 - Aplicação no solo

2 - Reciclagem

5 - Incineração

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

3 - Aterro sanitário

6 - Co-processamento

9 - Outras (especificar)

Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.